

O PRONAF E SUA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Nathália Araujo Santos

Especialista em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural. UNICENTRO. 2016

nathalia.riobrancodosul@cresol.com.br

Economia. 6.03.00.00-0

Elisiane Aparecida Antoniazzi

Professora Orientadora. UNICENTRO.

RESUMO: O presente artigo se dedica a estudar a contribuição do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Para tanto foi realizado um estudo bibliográfico acerca das possibilidades de ações sustentáveis na prática da agricultura familiar a fim de defender a importância da liberação do crédito e do acompanhamento técnico nas propriedades rurais beneficiadas. Considerando que o conceito da agricultura familiar tem sido visto como uma prática que anda de mãos dadas com a sustentabilidade, esta condição vem contribuindo para a liberação do crédito e permitindo que agricultores tenham a liberdade de planejar a utilização de seus recursos por meio de programas como o Pronaf custeio, Pronaf investimento, Pronaf mulher entre outros e organizar seus esforços para expandir suas capacidades e liberdades. A liberação do crédito deve estar vinculada ao acompanhamento do técnico agrícola, pois são iniciativas positivas que incentivam e controlam uma agricultura familiar sustentável.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Pronaf, Sustentabilidade, Desenvolvimento.

ABSTRACT: This article is dedicated to study the contribution of the Pronaf (National Program to Strengthen Family Agriculture) for the sustainable development of family farming. Therefore we conducted a bibliographic study about the possibilities of sustainable actions in the practice of family farming in order to advocate the importance of credit release and technical assistance in the beneficiary farms. Whereas the concept of family farming has been seen as a practice that goes hand in hand with sustainability, this condition has contributed to the credit release and allowing farmers freedom to plan the use of their resources through programs like Pronaf funding, Pronaf investment Pronaf woman among others and organize their efforts to expand their capabilities and freedoms. The release of the credit must be linked to the monitoring of the agricultural technician, as are positive initiatives that encourage and control a sustainable family farming.

Keywords: Agriculture, Pronaf, Sustainability, Developmen.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem por premissa promover a geração de renda no meio do campo e o aumento da produção de alimentos mais saudáveis. A capacidade de sustento e reprodução do agricultor com a prática agrícola que exerce e no contexto socioeconômico a que ele está inserido poderá mostrar um caminho a ser seguido por políticas públicas e uma

base para futuros estudos acerca da produção familiar e seu posicionamento. Nesse contexto entra a agricultura sustentável que faz referência aos processos de transformação socioeconômica e institucional que intencionam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população, promovendo oportunidades de bem-estar econômico que sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo. A sustentabilidade se contextualiza na agricultura familiar para evitar o desperdício de água, sementes, insumos, melhorar o aproveitamento do solo, evitar a perda de qualidade da terra, promover ações de reflorestamento. Uma produção agrícola sustentável terá chance de reduzir a contaminação ou as desigualdades na zona rural e obter alimento suficiente e saudável, só com a adoção de tecnologias ambientalmente corretas, por exemplo, há chances de conter desmatamentos e obter água boa ou energias renováveis para consumir nas cidades, entre muitas outras coisas.

Quatro grandes questões que deveriam ser solucionadas para que se alcance a sustentabilidade: o controle do crescimento populacional, o controle do crescimento industrial, a insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento dos recursos naturais. A ideia de sustentável indica algo capaz de ser suportável duradouro e conservável, apresentando imagem de continuidade, ou ainda de uma reavaliação dos relacionamentos da economia e da sociedade com a natureza e do Estado com a sociedade civil. Outro desafio ainda maior é apresentar a agricultura familiar e o meio rural brasileiro, além da sua importância na produção de alimentos, visualizando o campo como um lugar de oportunidades e crescimento, retratando o rural como uma opção de vida, sustentável, com desenvolvimento e modernização em um novo projeto da agricultura familiar, muitas pessoas acreditam na importância do trabalho no campo e que buscam produzir e preservar o meio em que vivem, de forma sustentável e inclusiva.

A agricultura familiar vem por meio de produzir alimentos, garantir o sustento da família e de todo o sistema vivo da terra, pois com esse aumento é necessário lutar pela sustentabilidade, para garantir a elevação do produto e o abastecimento do mercado. O eixo articulador compreende o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tendo garantias da safra, seguro da agricultura, é um programa de aquisição de alimentos e investimentos, o crédito possui um papel de grande importância, pois permite a imediata mobilização da riqueza, possibilitando o aumento do número de negócios realizados, do número de bens produzidos e do de bens consumidos, exercendo um papel determinante para que isso ocorra na velocidade exigida pela economia atual e com recursos para praticar uma agricultura familiar de forma sustentável, isso porque em toda a liberação de crédito para agricultura familiar é obrigatório que tenha um acompanhamento do técnico, para avaliar se o crédito está sendo aplicado de forma correta.

O acompanhamento do técnico não se limita a fiscalizar, mas também a instruir e direcionar as práticas agrícolas evitando desperdícios e danos ambientais, haja vista que o cultivo inadequado, o desrespeito a aptidão agrícola e as limitações do solo, aceleram a degradação do meio ambiente. Assim sendo sem apoio do técnico agrícola, sem as informações adequadas e sem um projeto de trabalho os agricultores podem acabar desperdiçando os produtos e a água, poluir o meio ambiente, contaminar o solo com agrotóxicos, usar mão de obra inadequadamente, perder tempo e precisa refazer o plantio, entre outras falhas que podem ser prejudiciais ao processo, o que acaba prejudicando a lucratividade e o aproveitamento da proposta da agricultura familiar.

Segundo Lemes (2009), a proposta do Pronaf é de produzir um novo modelo agrícola nacional que deve estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que possa alcançar níveis de satisfação e de bem estar dos agricultores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais. No entanto, vale o questionamento: se houver simples liberação do crédito sem acompanhamento técnico a sustentabilidade pode ser prejudicada por falta de instrução? Sendo esta a problemática que originou o presente estudo, coloca-se em questão algumas hipóteses: o Pronaf aproxima os produtores rurais

familiares de um modelo sustentável de produção agrícola; existe uma relação entre o Pronaf e a promoção do ideal sustentável. Lembrando que a formulação das hipóteses ocorreu a partir da revisão bibliográfica, levando em conta os apontamentos dos autores que realizaram estudos teóricos e empíricos sobre os efeitos do PRONAF nas práticas da agricultura familiar.

Portanto, o presente artigo tem por objetivo demonstrar que existem possibilidades reais de promover a agricultura familiar de forma sustentável por meio dos benefícios do Pronaf. Dessa forma os objetivos específicos são: demonstrar a abrangência do Pronaf ao longo do país; citar algumas práticas agrícolas sustentáveis e o efeito do Pronaf sobre elas; verificar a correlação entre o programa e a promoção do ideal sustentável; apontar algumas formas racionais de produção que envolvam o manejo, a conservação e a recuperação dos recursos naturais e discutir, com base na literatura disponível, se o programa cumpre com uma de suas premissas centrais que é zelar pelo meio ambiente e pela promoção de uma agricultura sustentável.

O método de pesquisa utilizado para a realização do presente estudo foi principalmente a pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida a partir de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses. Ela pode ser realizada independentemente ou pode constituir parte de uma pesquisa descritiva ou experimental. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. A pesquisa primou pela utilização de textos atuais e fontes de pesquisa diretamente relacionadas com o tema proposto, trazendo o assunto até os dias atuais, os desafios da agricultura familiar para atender a demanda por alimentos saudáveis e em quantidade são muitos.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar oferece uma grande promessa de crescimento, uma vez que está diretamente ligada à redução da pobreza, no entanto essa promessa requer também a mão do Estado proporcionando bens públicos essenciais, melhoria do clima de investimento, regulamentação da gestão de recursos naturais e garantia de resultados sociais desejáveis, atuando dessa forma estará contribuindo para o desenvolvimento como atividade econômica, como subsistência e como fornecedor de serviços ambientais, tornando o setor um instrumento singular para o desenvolvimento (FOGAÇA, 2016).

A produção agrícola é importante para a segurança alimentar porque é a fonte de renda da maioria das pessoas da zona rural. É especialmente crítica em mais de uma dezena de países da África Subsaariana, com uma população combinada de cerca de 200 milhões de habitantes, com uma produção doméstica altamente variável, uma comerciabilidade limitada para os alimentos básicos e restrições nas disponibilidades de divisas para o atendimento de suas necessidades alimentares por meio das importações. Esses países estão expostos a emergências alimentares recorrentes e as incertezas da ajuda alimentar. Para eles, o aumento e a estabilização da produção doméstica são essenciais para a segurança alimentar (FOGAÇA, 2016).

A Agricultura Familiar deve ser entendida, como um segmento que detém poder de influência econômica e social. Nesta agricultura, cujo capital pertence à família e em que a direção do processo produtivo está assegurada pelos proprietários, a despeito do tamanho das unidades produtivas e de sua capacidade geradora de renda, as características são inteiramente compatíveis com uma importante participação na oferta agrícola (OTANI, 2001).

Segundo Schmitz (2003), ao longo dos anos ocorreram algumas mudanças na noção de agricultura, de acordo com o autor:

A agricultura brasileira, ao mesmo tempo em que se tornou competitiva, por outro lado, se tornou excludente para os agricultores familiares, fazendo referência ao modelo produtivista baseado na monocultura agro exportadora de commodities, ou do agro negócio, modelo mais característico das grandes propriedades que detinham tecnologias para a produção em escala, desenvolve atividades diversificadas na produção de alimentos, sendo responsável pela maior parte dos produtos consumidos pela população humana (SCHMITZ, 2003, p.9 - 20)

O aumento da produtividade e lucratividade da agricultura dos pequenos proprietários é o principal caminho para sair da pobreza usando a agricultura para o desenvolvimento. As recentes reformas melhoraram os incentivos de preços para os produtores agrícolas dos países em desenvolvimento, reduzindo, sem eliminar, as tendências históricas das políticas contra a agricultura (FOGAÇA, 2016)

De acordo com Santos (2000), esta velocidade da mudança faz com que a necessidade de recursos financeiros também aumente, principalmente no setor agrícola de produção. Na antiga forma de produzir, no início da colonização em regiões de Agricultura Familiar, se poderia descrevê-la como uma produção sem custos, que incluía manejo de solo com tração animal, uso de sementes próprias, não existia a necessidade de aplicação de adubo e a natureza estava em equilíbrio. A forma como a agricultura funciona para o desenvolvimento variam entre os países, dependendo do modo como eles se baseiam na agricultura como fonte de crescimento e instrumento para a redução da pobreza.

A estrutura de produção denominada de agricultura familiar é um sistema complexo em que o processo de decisão é definido por múltiplos objetivos: técnicos, econômicos e sociais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) define a agricultura familiar como “uma forma de produção, onde predomina a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos agricultores familiares, com ênfase na diversificação e utiliza o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado” (PRONAF, 2002 apud GASTAL, 2008).

A agricultura familiar foi a que teve maior crescimento de produtividade por unidade de área na década de 1990: 75% contra 40% para a agricultura patronal. Pode-se dizer que o aumento substancial de produtividade tenha colaborado. Com a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – de empréstimos à agricultura familiar tem cumprido papel importante ao apoiar o segmento da agropecuária mais atingida pela transferência de renda havida na década de 1990 e na atual (SANTOS, 2000).

2.2 PRONAF E CRÉDITO RURAL

O Pronaf passou a ser a principal política pública do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, em função de sua importância para a produção de alimentos para o mercado interno, como geradora de postos de trabalho e renda, busca construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, através do incremento e da diversificação da capacidade produtiva, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida, cujo objetivo é uma melhor gestão do orçamento público, da democratização do crédito, dos serviços de

apoio e da infra-estrutura necessária à consolidação e à estabilização socioeconômica dos agricultores familiares. (ROSA, 1995).

Com o crescimento dos níveis de emprego e renda e proporcionando bem-estar social e qualidade de vida, o programa, porém, é mais do que um instrumento de garantia de crédito aos produtores rurais. É também uma oportunidade para que os agricultores familiares coloquem em prática o seu projeto de desenvolvimento, suas expectativas de renda e de mudança de vida. Atualmente, o PRONAF conta com mais de 3,5 milhões de contratos – de custeio e de investimento (MDA, 2013).

No quadro 1, verifica-se algumas linhas de Pronaf, com especificação do público do valor de crédito liberado e os respectivos juros.

LINHA	PÚBLICO	CRÉDITO	JUROS
Pronaf Custeio MCR-10-4	Agricultores com renda bruta anual até R\$ 30 mil.	-R\$10.000,00 -Acima de R\$10 mil até R\$30mil -Acima de R\$30 mil até R\$100 mil	-2,5%a.a -4,5%a.a -5,5%a.a
Pronaf Mais Alimentos MCR 10-5	Agricultores com renda bruta anual até R\$ 360 mil.	-Individual R\$10mil -Acima de R\$10 mil até 30 mil -Acima de R\$30 mil até R\$150 mil ou até 300 mil -Coletivo: R\$750 mil	-2,5%a.a - 4,5%a.a -5,5%a.a
Pronaf Agroindustria MCR 10-6	Produtores familiares, empreendimento rural, pessoa jurídica, cooperativas e associações	-Individual até R\$ 150 mil -Empreendimento familiar rural até R\$300 mil, com 150mil por sócio	-2,5%a.a até R\$10 mil individual -5,5%a.a acima de R\$10 mil
Pronaf Floresta MCR 10-7	Todos os agricultores familiares do pronaf	-R\$15 mil para safra A,B e A/C R\$35mil para safra V - R\$25 mil demais finalidades	-2,5%a.a
Pronaf Seminário MCR 10-8	Todos os agricultores familiares do pronaf	-R\$18mil (até 2 operações em ser)	-2,5%a.a
Pronaf Mulher MCR 10-9	Mulheres Agricultoras independentes do estado civil	-Grupo A, A/C e B R\$2,5mil (ou R\$4mil aplicado o PNMPO) -grupo V R\$ 10mil Acima de R\$10mil até 30 mil - Acima de R\$30mil até R4150mil	-0,5%a.a -2,5%a.a -4,5%a.a -5,5%a.a
Pronaf Jovem MCR 10-10	Jovens filhos de agricultores familiares de 16 e com até 29 anos	-R\$15 mil até 3 financiamentos para cada beneficiários	-2,5%a.a
Pronaf Cota-parte MCR 10-12	Agricultores familiares filiados a cooperativas de produção 60% com DAP, Patrimônio líquido mínimo R\$25mil, 1 ano funcionamento	-Individual R\$20mil -Cooperativas R\$20 milhões	-5,5%a.a

Pronaf B MCR 10-13	Agricultores familiares com renda bruta anual de até 20mil	-R\$2,5mil por operação ou (R\$4mil quando aplicado o PNMPO)	-0,5%a.a
Pronaf Agroecologia MCR 10-14	Agricultores Familiares	-Individual Até R\$150 mil	-2,5%a.a
Pronaf Eco	Agricultores Familiares Seringueira	-Conservação e recuperação de solos, -individual até R\$ 10mil -Acima R\$10 mil até 30mil, -Acima de R\$30mil até R\$150mil -Dendê e Seringueira - R\$80 mil, limitado R\$8mil/ha/anoMO R\$1800,	-2,5%a.a -4,5%a.a -5,5%a.a -2,5%a.a até R\$10mil -4,5%a.a R\$10 mil até 80mil -5,5%a.a R\$10mil até R\$80mil
Pronaf A MCR 10-17	Produtores beneficiários do PNRA e do PNCF	-R\$25 mil -R\$26,5mil Quando incluir ATER	-0,5%a.a
Pronaf A (Microcrédito) MCR 10-17	Produtores beneficiários do PNRA, renda familiar anual não seja superior R\$20 mil e não contrate trabalho assalariado permanente	-R\$4mil por beneficiário e por ano agrícola até 3 financiamento	-0,5%a.a
Pronaf A/C MCR 10-17	Produtores egressos do grupo A do PROCERA ou do A Complementar	-R\$7,5mil até 3 operações	-1,5%a.a

Quadro 01: Pronaf – Condições do Crédito Rural Plano Safra 2015-2016
Fonte: MDA (2016).

O quadro 1 mostra algumas das linhas de crédito mais comuns que o programa oferece, no entanto, vale lembrar que o Pronaf possui um número muito maior, para ter ideia são pelo menos 15 linhas de crédito direcionada somente para a produção.

No que diz respeito às citadas no quadro 1, o Pronaf Custeio, por exemplo, é voltado para agricultores com renda menor - de até R\$ 30 mil. Sendo que o crédito a ser liberado pode variar de R\$ 10 a até R\$ 100 mil a uma taxa de juro entre 2,5% a 5,5%.

O Pronaf Mais Alimento, é um dos programas mais procurados para quem quer investir em alimentos, como é o caso do leite, por exemplo. Através desta linha de crédito, os pequenos agricultores conseguem financiamento de até R\$ 100 mil, com juros de 2%.

Para a Agricultura Familiar especificamente, existem as linhas Agroindústria, Agroecologia, Floresta, Eco e Seminário. São os mais recomendados, geralmente, porque abrangem produtores familiares, empreendimento rural, pessoa jurídica, cooperativas e associações.

Existe ainda o Pronaf jovem (filhos de agricultores familiares de 16 e com até 29 anos) e o Pronaf mulher (para agricultoras independentes do estado civil), essas linhas são específicas para o público respectivo, respeitando renda dos beneficiados para estabelecer o crédito a ser liberado e a alíquota do juro.

Em meios gerais, o Pronaf representa um marco importante da luta pelo reconhecimento da Agricultura Familiar, sendo que a partir da efetivação dessas políticas públicas os agricultores descobrem-se como atores estratégicos para o crescimento de um

País, buscando construir um desenvolvimento sustentável, crescimento dos níveis de emprego e renda e qualidade de vida para os agricultores e suas famílias (MDA, 2013).

O microcrédito rural que é destinado aos agricultores de mais baixa renda permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida, desde que atenda as exigências e se enquadre no perfil para a liberação dos valores (MDA, 2013).

O Crédito Rural abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito. Os recursos controlados, respeitados os tetos estabelecidos pelo Governo, podem ser tomados pelos produtores a taxas de juros inferiores às praticadas pelo Mercado Financeiro, como forma de incentivar a produção agropecuária no País (MDA, 2013).

Para conseguir o crédito, o tomador deve apresentar um projeto, plano ou orçamento que justifique o valor pedido, também é beneficiário do crédito rural empresas agropecuárias de pesquisa ou produção de mudas, sementes, de prestação de serviços mecanizados e inseminação artificial e outras companhias com finalidade comercial no ramo da pesca, aquicultura, medição de lavouras e atividades florestais. As garantias podem ser o penhor (agrícola pecuário ou mercantil); a alienação fiduciária; a hipoteca comum ou cedular; o aval ou fiança e outras que o Conselho Monetário Nacional (CMN) permitir.

Para Antão e Campanholo (2011):

O crédito rural é um instrumento que proporciona aos produtores rurais a oportunidade de desenvolverem economicamente, de aprimorarem suas técnicas de produção, melhorar o plantio, gerando uma produção mais eficaz e mais rentável. A partir do desenvolvimento econômico rural caminha-se para o desenvolvimento social e cultural que tem como base o aumento da rentabilidade, da qualidade de vida e do bem-estar das famílias rurais (ANTÃO E CAMPANHOLO, 2011, p. 10).

As características básicas para o tomador do crédito são: produtores rurais familiares que utilizem, predominantemente, mão de obra familiar; tenham renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil e 50% da renda seja obtida de exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento rural; residam na propriedade ou em local próximo; não possuam área superior a quatro módulos fiscais. Atendendo a estes requisitos crédito é liberado e assim o agricultor pode dar início às suas atividades, contando com o acompanhamento de um técnico agrícola, que além de fiscalizar a aplicação correta da verba vai instruir os procedimentos, incentivando atividades que tenham compromisso com o meio ambiente (SILVA FILHO, 2016).

2.3 SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA

A agricultura é um processo que tem ligação direta com a sustentabilidade, para tanto é necessário compreender o que este termo significa, Ruscheinsky (2003) define sustentabilidade como um conceito amplo que admite variações de acordo com interesses e posicionamentos. Segundo o autor por se tratar de um conceito recente, está sujeito a ambiguidades e dilemas quanto ao seu uso e significado. Além disso, costuma ser sinônimo de controvérsia entre cientistas e formuladores de políticas públicas. Antes de arriscar

qualquer definição, vale prestar um pouco de atenção ao significado, puro e simples da palavra: sustentável é o que sustenta alguém ou alguma coisa (RUSCHEINSKY, 2003).

A produção agrícola sustentável é possuidora de base ecológica na qual a produção seja capaz de colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometido. Como não é possível demonstrar no presente o que é perpétuo, somente o futuro poderá comprovar verdadeiramente a sustentabilidade, apresenta características que mostram sua força como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, a integração de atividades vegetais e animais, além de trabalhar em menores escalas. (MELLO, 2007).

Trata-se, portanto, de uma proposta concreta para o desenvolvimento sustentado, aqui entendido como o uso dos recursos naturais para fins múltiplos e ocupação dos ecossistemas, observados seus respectivos limites de aptidão, atentando para a prevenção, correção e mitigação de prováveis impactos ambientais indesejáveis sob o ponto de vista econômico, social e ecológico (MELLO, 2007).

A preservação dos recursos naturais depende das atitudes de cada um. Na realidade da agricultura familiar o impacto ambiental de exploração dos recursos naturais tem uma característica diferenciada, primeiro pela intensidade e diversificação das culturas e segundo pela consciência dos agricultores que a mesma unidade de produção será utilizada pelas gerações futuras. Portanto, a preservação é uma prática no trabalho dos agricultores familiares com a terra, da qual se produz a maior riqueza do País, os alimentos (SILVA FILHO, 2016).

Uma agricultura familiar sustentável revela que o sistema produtivo conserve os recursos naturais e forneçam produtos saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar, resulta em pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e a saúde. A implementação por maior eficiência dos sistemas de produção agrícola, na formação sustentável, deve ser compatível e coerente, dependendo das características geográficas, ambientais e ecológicas (MELLO, 2007).

É provável que uma avaliação cuidadosa da economicidade dos sistemas de produção nos países em desenvolvimento venha mostrar que os insumos ambientais utilizados na produção agrícola estejam sendo sub-remunerados. Para se garantir a sustentabilidade futura da atividade produtiva será necessário que se invista em conhecimento científico e tecnológico que permita desenvolver sistemas de produção inovadores, voltados para o aumento da produtividade dos recursos naturais e serviços ambientais utilizados pelo agronegócio (LOPES, 2016).

Os recursos naturais (água, solo, biodiversidade, etc.) e os serviços ambientais (reciclagem de resíduos, suprimento de água, qualidade da atmosfera, etc.). Os sistemas de inovação para a agricultura terão, cada vez mais, que se referenciar em aspectos que compreendam, além da visão utilitária da agricultura, como produtora de alimentos e matérias-primas essenciais para a sobrevivência e o progresso do homem, outras dimensões e valores (LOPES, 2016).

Na legislação brasileira, o tema sustentabilidade é citado no Decreto nº 7794/ 2012 que cria a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (JOHN, 2014).

Isso deve envolver iniciativas educativas, o uso de incentivos econômicos e o desenvolvimento de novas e apropriadas tecnologias, de modo a assegurar suprimentos estáveis de alimentos adequados do ponto de vista nutricional, acesso a estes suprimentos por grupos vulneráveis e produção para mercados; emprego e renda para aliviar a pobreza; manejo de recursos naturais e proteção ambiental (JOHN, 2014).

A conscientização de produtores rurais e habitantes das áreas agrícolas tem significativa importância por conta da necessidade de preservação da mata nativa, recomposição das matas existentes nas margens dos rios (ciliares) e a proteção das florestas nas áreas de nascente, da recomposição e também da recuperação total dessas áreas desmatadas que acabaram por restaurar. Considerando a forma como se trabalha hoje nas áreas rurais, ainda há muito que fazer para garantir que toda a área agricultável do território nacional seja coberta pelas práticas e princípios proporcionando um rendimento maior, colheitas mais abundantes e saudáveis e populações rurais mais felizes e satisfeitas com suas atividades (RABELO, 2008).

O desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado com os processos de transformação socioeconômica e institucional que buscam garantir que as necessidades básicas da população sejam satisfeitas e que a equidade social aconteça, não só na atualidade como também e principalmente no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômico que sejam de acordo com as circunstâncias ecológicas de longo prazo (RABELO, 2008).

Rabelo (2008), defende que adotando práticas responsáveis e atreladas com a sustentabilidade, os agricultores irão manter uma biodiversidade protetora nas áreas agricultáveis e impedir o ataque constante de pragas, que reduzirá significativamente o uso de inseticidas, o que contribui em muito com a manutenção da saúde da terra, da água e dos consumidores. Além do que, a conservação ambiental permite a segurança da qualidade de vida das gerações futuras e equidade social sustentável e contínua ao longo do tempo.

Desta maneira a aplicação do *know-how* (saber fazer), do conhecimento e da experiência somado ao desenvolvimento da sustentabilidade na agricultura podem promover uma maior conservação dos recursos naturais e da produtividade das áreas exploradas. Ações pensadas e planejadas, executadas com responsabilidade ambiental estarão reduzindo drasticamente o impacto da produção em larga escala no ambiente e otimizando a produção com um mínimo de influência de elementos artificiais e garantindo uma melhor condição de vida para as populações que vivem do campo e em suas redondezas (RABELO, 2008).

Segundo Veiga (1994) os objetivos a serem alcançados pelo desenvolvimento sustentável nas práticas agrícolas são: manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; redução de impactos ao ambiente; obter retorno adequado aos produtores; otimizar a produção com mínimo de insumos externos; satisfazer as necessidades humanas de alimentos e renda e atender as necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Avila (1998) apresenta quatro condições operacionais para uma sustentabilidade agrícola pautada na preservação:

- 1) eliminação dos danos irreversíveis;
- 2) utilização dos recursos na mesma medida ou em medida inferior ao tempo necessário à sua regeneração;
- 3) emissão de resíduos na mesma proporção da capacidade natural de assimilação dos ecossistemas onde se emitem esses resíduos;
- 4) favorecimento de tecnologias que aumentem a produtividade dos recursos.

Já Caporal e Costabeber (2006), propõem um novo modelo produtivo para a agricultura, denominado de agroecologia. Na opinião defendida pelos autores, há um processo gradual de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas, mudança esta que visa a inovação do modelo agroquímico de produção agropecuária utilizada atualmente, para um diferente modelo, que incorpora princípios, métodos e tecnologias de base ecológica.

3 METODOLOGIA

Durante a elaboração de um texto científico e/ ou defesa de uma tese ou dissertação, o método utilizado no estudo é uma ferramenta fundamental para validar as pesquisas e seus resultados serem aceitos, necessitando ser ele reconhecido e validado. Dessa forma, a pesquisa, para ser científica, requer um procedimento formal e que precisa ser explicitado e detalhado ao longo do texto. Haja vista que “a metodologia é o tópico de uma pesquisa que abrange maior número de itens, pois responde às seguintes questões: Como? Com quê? Onde? Quanto?” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 221). Dessa forma este capítulo se dedica a apresentar a metodologia utilizada, bem como suas definições e aplicações dentro do tema escolhido para discussão.

O método de pesquisa utilizado para a realização do presente estudo foi, principalmente, a pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida a partir de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses. Ela pode ser realizada independentemente, ou seja, não precisa contar com outros métodos ou pode servir para constituir parte de uma pesquisa descritiva ou experimental, pode complementar outros tipos e métodos de pesquisa. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Para o fichamento das informações apresentadas no artigo foram consultados os sites oficiais do Pronaf, do BNDES e do Ministério do Desenvolvimento Agrícola, de onde foram retirados os dados a serem analisados. Diante dos números e porcentagens obtidas, os dados passaram por uma fase de organização e interpretação, posteriormente as informações levantadas foram utilizadas como base para o desenvolvimento do referencial teórico e apresentados na análise dos resultados.

Além da busca nos referidos sites também foram realizadas pesquisas em livros, revistas, artigos acadêmicos e reportagens que abordam a questão da sustentabilidade na agricultura familiar. Ao longo da execução da pesquisa e da realização do artigo as ideias foram organizadas em forma de diálogo entre autores e com isso o texto foi montado com a intenção de alcançar o objetivo proposto que é demonstrar que existem possibilidades reais de promover a agricultura familiar de forma sustentável. Levando em conta que, a liberação de valores por meio das linhas de crédito do Pronaf, é fundamental para que tal fato se concretize.

Também foi utilizado como tipo de pesquisa a metodologia estatística descritiva, que segundo Marconi & Lakatos (1996), tem o objetivo de representar, de forma concisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados. Esta tarefa, que adquire grande importância quando o volume de dados for grande, concretiza-se na elaboração de tabelas e de gráficos, e no cálculo de medidas ou indicadores que representam convenientemente a informação contida nos dados.

A estatística descritiva é a etapa inicial de uma análise, e é especificamente utilizada para descrever, organizar e resumir os dados levantados, o objetivo básico da estatística descritiva é o de sintetizar uma série de valores e transcrevê-los (REIS, 1998).

Importante esclarecer que, conforme explica Reis (1998), a Estatística, enquanto ciência, subdivide-se em três áreas: descritiva, probabilística e inferencial. A estatística descritiva, como o próprio nome já diz, se preocupa em descrever os dados.

“A palavra estatística tem mais de um sentido. No singular se refere à teoria estatística e ao método pelo qual os dados são analisados enquanto que, no plural, se refere às estatísticas descritivas que são medidas obtidas de dados selecionados” (REIS, 1998, p. 36).

Sobre a estatística descritiva, Mattar (2001, p. 62), explica que “os métodos descritivos têm o objetivo de proporcionar informações sumarizadas dos dados contidos no

total de elementos da (s) amostra (s) estudada (s)". E é nesse formato que o texto do artigo procura se apresentar, um resumo dos dados levantados que serve de argumentação para defender o objetivo proposto.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

O presente capítulo vem tornar coeso o assunto até agora debatido, nesse momento do artigo serão apresentados alguns dados e resultados obtidos ao longo da pesquisa realizada, no tocante a: Pronaf, agricultura familiar e sustentabilidade.

4.1 SOBRE O PRONAF

Ao longo das pesquisas realizadas foi possível obter informações que reforçam a importância da agricultura familiar no contexto financeiro, não só da população rural, mas do Brasil como um todo. A agricultura familiar é a principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País. O Dia Internacional da Agricultura Familiar é comemorado em 25 de julho com a consolidação dos avanços promovidos pelas políticas públicas integradas de fortalecimento do setor, intensificadas na última década (BNDES, 2016).

Em vinte anos, o crédito rural (Pronaf) transformou a realidade de mais de 2,6 milhões de unidades familiares de produção, gerou renda e potencializou o uso da mão de obra familiar, foi utilizado para a ampliação da área plantada e a utilização de tecnologias que propiciaram o aumento da produção e da produtividade de mais de cinquenta e cinco alimentos consumidos pelos brasileiros (MDA, 2013).

A referida evolução pode ser verificada a partir da Figura 1 que traz os gráficos e é apresentada a seguir:



Figura 1: Evolução de créditos para o Pronaf
Fonte: MDA (2013)

Os gráficos ilustrados na figura 1 demonstram a evolução dos contratos Pronaf ao longo dos anos 2000, demonstrando que é uma política pública que deu certo e que vem sendo cada vez mais procurada pelos agricultores de todo o País. Segundo análises disponibilizadas pelo próprio MDA isso ocorreu devido a forte expansão do volume de recursos, promovida pelo aumento do número de contratos e também pelo crescimento do valor médio desses contratos. Outra característica importante desse período foi a disseminação dos financiamentos do Programa para estados com agricultura familiar pauperizada, que têm como característica a contratação de valores mais baixos de financiamento (MDA, 2013).

O constante aumento da taxa referente à contratação efetiva do crédito frente ao valor disponibilizado já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do Pronaf tem crescido ano a ano. Ele é operacionalizado pelos agentes financeiros que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Para o período de 2015/ 2016 foram disponibilizados R\$ 28,9 bilhões, segundo o MDA, devem atingir até R\$ 22 bilhões até julho, mês que encerra o atual plano. A elevação progressiva do crédito para a agricultura familiar é um sinalizador do esforço em garantir as condições de produção e comercialização para o pequeno e médio agricultor (MDA, 2013).

O Pronaf também tem sido significativamente importante para a agregação de valor à produção, pelo apoio à industrialização dos produtos agropecuários dos empreendedores familiares individuais e das cooperativas da agricultura familiar, bem como para o turismo rural e a produção de artesanato, o objetivo é identificar as necessidades de cada família, além de apoiar o uso correto dos recursos naturais, especialmente o solo e a água, o cooperativismo e a agroindústria familiar, entre outras políticas (MDA, 2013).

A seguir, a figura 2 apresenta a evolução dos contratos do Pronaf efetivados ao longo dos anos, fazendo uma linha cronológica desde o início dos anos 2000 até os dias atuais.

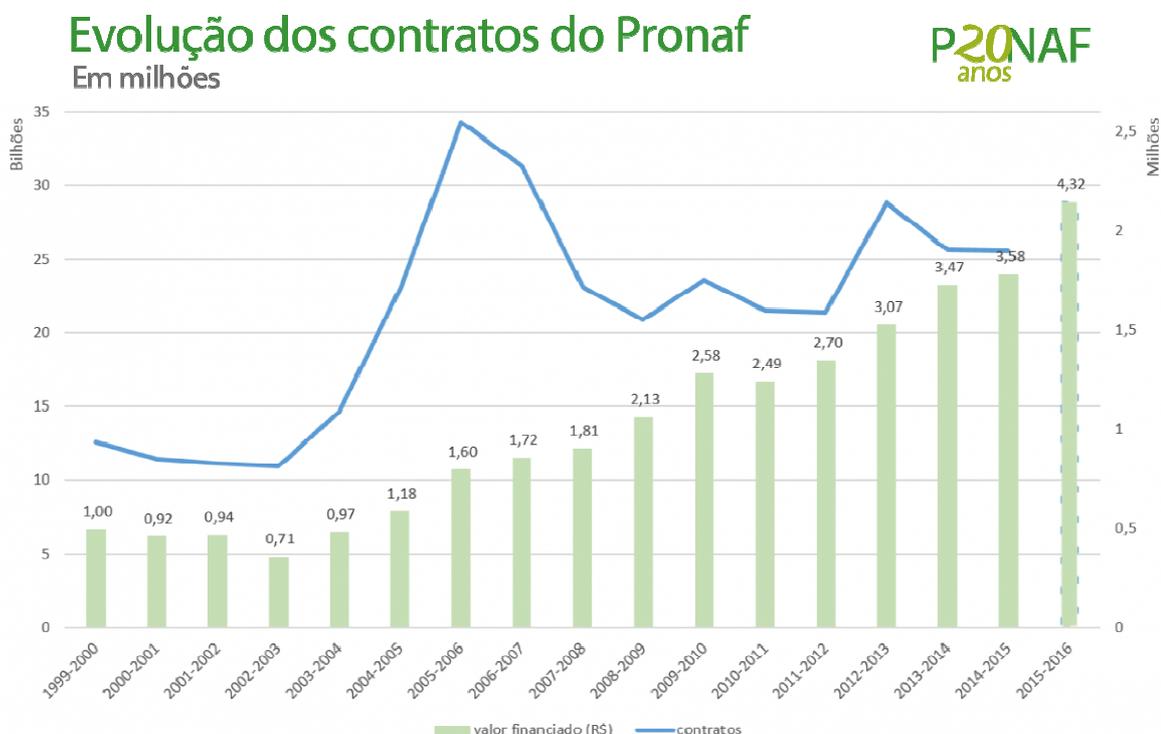


Figura 3: Evolução do número de contratos do Pronaf ao longo dos anos.
Fonte: MDA (2013)

A evolução foi natural, demonstrando altos e baixos, inclusive passou por momentos de queda considerável, como pode ser observado nos anos 2002 e 2003 em que os números caíram quase pela metade do valor apresentado no primeiro ano da análise. No entanto, nos anos de 2005 e 2006, conforme apresentado na figura 2, ocorreu pico de liberação de crédito, após 2006, o número de contratos teve redução acentuada. O crescimento da oferta de crédito nesse período, que foi mais moderado do que no anterior, se baseou no aumento do tamanho médio dos contratos, e na crescente participação de regiões de agricultura familiar mais integrada no total de contratos.

Dadas as devidas proporções, mesmo em condições mais atenuadas os valores de contratos de Pronaf ainda subiram desde o referido pico em 2005/ 2006, esta alteração está relacionada com a elevação do tamanho médio dos contratos de custeio. Vem se tornando cada vez maior a participação dos investimentos na aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, itens normalmente associados a uma agricultura capitalizada, no total dos recursos contratados nessa linha. A liberação de crédito vem ajudando famílias a implantarem sistemas agrícolas sustentáveis.

4.2 SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

Nos últimos dez anos (desde o pico em 2006 até meados 2016), a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. O segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas - o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país - 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário empregando 74% da mão de obra do campo (MDA, 2013).

A agricultura familiar tem especial destaque no Paraná. Segundo o Censo Agropecuário (2009) os estabelecimentos agropecuários do Paraná utilizaram relativamente mais financiamento do que os demais Estados do Brasil juntos. Cerca de 30% dos estabelecimentos paranaenses acessaram algum tipo de financiamento, enquanto esse percentual é de aproximadamente 17% para o Brasil.

A tabela 1 elenca o número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, mensurando estes números no Brasil, no Paraná e em algumas mesorregiões geográficas.

BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	TOTAL DE ESTAB. QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO	AGRICULTURA FAMILIAR			AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR		
			Total	Total que Obteve Financiamento	% que Obteve Financiamento	Total	Total que Obteve Financiamento	% que Obteve Financiamento
Brasil	5.175.489	919.111	4.367.902	780.597	17,9	807.587	138.514	17,2
Paraná	371.051	111.043	302.907	91.277	30,1	68.144	19.766	29,0
Noroeste	37.723	6.438	29.323	4.902	16,7	8.400	1.536	18,3
Centro-Occidental	21.310	7.736	16.770	5.857	34,9	4.540	1.879	41,4
Norte Central	54.272	13.019	41.407	9.581	23,1	12.865	3.438	26,7
Norte Pioneiro	29.661	6.605	23.356	5.185	22,2	6.305	1.420	22,5
Centro-Oriental	19.174	4.356	14.625	3.130	21,4	4.549	1.226	27,0
Oeste	53.216	20.007	43.752	16.273	37,2	9.464	3.734	39,5
Sudoeste	44.479	20.667	39.532	18.680	47,3	4.947	1.987	40,2
Centro-Sul	41.368	13.601	33.588	11.177	33,3	7.780	2.424	31,2
Sudeste	39.390	13.001	34.665	11.581	33,4	4.725	1.420	30,1
Metropolitana de Curitiba	30.458	5.613	25.889	4.911	19,0	4.569	702	15,4

Tabela 1 – Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento

Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2009)

Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram que o estado do Paraná sozinho está no topo da lista no total de estabelecimentos agropecuários que utilizaram mais financiamentos, supera os números de algumas regiões juntas. Esse valor mantém-se alto não só para a agricultura familiar, mas também área da agricultura não-familiar.

Em 1970, o censo revelou a existência de 554.488 propriedades agrícolas no Paraná. Em 1995 o número de propriedades despencou para 369.875 e no último censo, de 2006, divulgado recentemente, já eram 371.051 propriedades agrícolas existentes no Estado. Essa retomada demonstra que as políticas públicas adotadas pelos governos federal e estadual contribuem para que o produtor opte por ficar no meio rural. Destaca-se as linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que incentivam os investimentos nas propriedades agrícolas e dão o suporte para o pequeno agricultor familiar conquistar condições de se manter competitivo no campo, garantindo seu sustento, de sua família e gerando empregos (IBGE, 2009).

Aqueles que se enquadram na agricultura familiar são beneficiários de uma série de políticas públicas específicas, realizadas em âmbito municipal, estadual ou federal. O MDA esclarece que para poder usufruir da maioria dos programas, os produtores devem enquadrar-se nas diretrizes definidas pela Lei nº 11.326/2004 e possuir uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

No caso do Paraná muitos municípios já possuem subsistência no meio rural e na sua maioria proveniente da agricultura familiar, como é o caso de Almirante Tamandaré – cidade da Região Metropolitana de Curitiba, onde 50% da produção agrícola vem da agricultura familiar (IBGE, 2009).

A seguir uma ilustração de uma região paranaense que desenvolve agricultura familiar e goza dos benefícios das linhas de crédito do Pronaf. A figura 3 apresentada a seguir ilustra uma das plantações mantidas por meios de técnicas da agricultura familiar existentes no município de Almirante Tamandaré-PR, nesse caso o agricultor pratica a horticultura, trabalha com estufas, mantém a terra adubada e possui uma infraestrutura de moradia com conforto para a família e qualidade de vida no trabalho.



Figura 3: Horticultura em Almirante Tamandaré
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016)

Assim como o exemplo do agricultor de Almirante Tamandaré, muitos outros agricultores têm inovado, graças ao crédito estão ampliando suas produções, investindo em técnicas inovadoras, na comercialização agrícola, crédito para investimento ou custeio de

safras, seguros de produção e aquisição de terras, e fazendo da agricultura familiar, não só o seu ganha pão, mas também a abertura para uma vida mais saudável e sustentável.

Pensando nos benefícios da agricultura familiar é possível apontar algumas vantagens: regula e diminui os preços dos alimentos e matérias-primas agropecuárias, ajuda a controlar a inflação e aumentar a competitividade industrial.

4.3 SOBRE A SUSTENTABILIDADE

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no ano 1980 e segundo Veiga (1994) o fator que desencadeou esse movimento foi o aumento da preocupação com o meio ambiente e com uma qualidade melhor de vida para os trabalhadores rurais. Esse conceito deu origem a um novo termo no setor da agricultura: agricultura familiar. Nesse contexto, passou-se a analisar que um dos problemas clássicos da produção agrícola é a terra, isso porque trata-se de um recurso limitado, que não pode ser reproduzido. Terra, portanto, não é capital, porque ninguém consegue produzir terra (VEIGA, 1994).

Os agricultores têm acesso à terra e, a partir dele, conseguem produzir determinada renda para seu sustento. A dependência ocorre em função da relação direta da agricultura com a natureza. A agricultura é uma atividade totalmente dependente da natureza, se não existir condições adequadas de: solo, clima, água, enfim, condições climáticas favoráveis para o plantio, a base da agricultura deixa de existir. Numa primeira instância os agricultores familiares seriam favorecidos, em função da melhoria de sua própria qualidade de vida. Além do que aumentaria a produção de alimentos para além das necessidades dos agricultores, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de toda uma região, tendo o trabalho familiar como base de uma nova relação com a natureza e o capital (VEIGA, 1994).

A sustentabilidade promove uma agricultura que não agride tanto o meio ambiente e tem como meta conscientizar a sociedade sobre a importância de usufruir dos benefícios da natureza sem prejudicar ou desperdiçar esses recursos naturais (MELLO, 1996).

No tocante a definição do termo sustentabilidade, Sachs (2002) esclarece que são três os pilares do desenvolvimento sustentável: atender simultaneamente aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica. Buscando entender o porquê da preocupação de ações sustentáveis dentro da agricultura, Coltro (2009) afirma que essa explosão ocorreu a partir do século XIX, quando cresceu a demanda por recursos naturais e os danos ambientais tornaram-se crescentes devido à intensificação do processo de industrialização e dos sistemas agropecuários.

Ainda de acordo com Coltro (2009), nota-se que a evidência de que a questão ambiental é crucial está no fato dela estar sendo, pouco a pouco, internalizada pelos diversos agentes econômicos, que passam a incluir a variável ambiental em suas análises e decisões.

Os estudos realizados ao longo da elaboração deste artigo permitiram alcançar um resultado que leva a compreensão de que para as atividades agrícolas familiares conseguirem se manter é essencial que as práticas do plantio sejam de ações sustentáveis, que preservem a terra e reduzam ações que causem o desmatamento, o fadigamento da terra, o uso de agrotóxicos, entre outros. A agricultura agroecológica é uma forma, conforme afirmam Caporal e Costabeber (2006), é aquela que possui objetivos de longo prazo e que incorpora o “custo ambiental”. Nesse tipo de agricultura as técnicas empregadas correspondem ao uso de fertilização orgânica, à reciclagem de nutrientes, ao uso conservacionista do solo, à rotação de criação e cultivos, aos policultivos, ao manejo biológico e integrado de pragas e ao manejo da biodiversidade para o controle das pragas.

Monoculturas convencionais são associadas a impactos ambientais enquanto cultivos de base agroecológica, especialmente orgânicos, amenizam danos ambientais e produzem alimentos de mais qualidade. Apesar do menor custo financeiro dos cultivos

orgânicos, segundo o Censo Agropecuário 2006 apenas 1,8% dos estabelecimentos agropecuários nacionais o utilizavam em 2006, em parte devido à indisponibilidade de assistência técnica, que é um fator fundamental para a expansão de práticas orgânicas (IBGE, 2009).

No tocante à influência do Pronaf sobre a agricultura sustentável, nota-se que não há uma forma de medir se os técnicos agrícolas responsáveis por mediar a relação entre os agricultores familiares e as diretrizes do programa têm sido capazes de transmitir, em sua plenitude, meios práticos de realização dessas diretrizes aos agricultores. Assim sendo, o sucesso do programa, no tocante, a sustentabilidade depende de uma reformulação na atuação desses técnicos mediadores que envolva, sobretudo, a capacitação desses indivíduos a fim de desempenhar com competência o papel que lhes é destinado (IBGE, 2009).

Outro fator que ainda se mostra como grande desafio para a implantação efetiva da sustentabilidade da agricultura familiar é a falta de escolaridade do agricultor familiar. Segundo dados apontados na pesquisa do Censo Agropecuário 2006, dos 11 milhões de pessoas da agricultura familiar, quase sete milhões, que representa 63%, ou seja, mais da metade, sabia ler e escrever. E pouco mais de quatro milhões de pessoas declararam não saber ler e escrever, principalmente pessoas de 14 anos ou mais (IBGE, 2009).

Relacionando a agricultura familiar com a sustentabilidade é importante salientar que a AF beneficia e muito o campo ambiental, uma vez que ela permite a adoção de sistemas produtivos muito mais eficientes que se utilizam de menos energia fóssil e muito mais energia renovável. A AF utiliza sistemas que respeitam a harmonia ambiental e as espécies, aproveitam a sinergias naturais, utilizam modos de produção orgânica e agro-ecológica, cujos produtos são mais saudáveis para os consumidores.

Através de projetos dos agentes comunitários que se reúnem uma vez por mês passando instruções de sistema de produção sustentável melhorando as condições de vida no campo, vem dando resultado com o aumento de agricultores beneficiados com o acesso ao crédito, a viabilização de oportunidades produtivas e o investimento local dos recursos próprios da cooperativa. Os recursos financeiros disponibilizados giram entre os próprios cooperados, quando realizado de forma organizada com acompanhamento de um técnico especializado para orientar a melhor maneira de produzir evitando desperdício e capacitando o agricultor para que possam enfrentar desafios da produção e comercialização de seus produtos e forma sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado para a elaboração do presente artigo deu-se a partir de buscas sobre os benefícios do Pronaf para a agricultura familiar e a sustentabilidade, fortalecendo a visão da responsabilidade socioambiental como o investimento necessário para o futuro, ética e respeito ao meio ambiente. O estudo se propôs a analisar a luta na Agricultura Familiar, os impactos do crédito rural e a participação das famílias, a interação entre os integrantes possibilita melhores resultados e qualidade de vida e na preservação do meio ambiente.

Dada a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do País, é fundamental que este setor tenha condições de se desenvolver de forma sustentável. Fica aqui um estudo e uma forma de conscientizar de que é preciso incentivar as iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, das melhorias de qualidade de vida, da preservação da biodiversidade e da diminuição das desigualdades. Pois além de ser uma atividade dependente da natureza, sem condições adequadas de solo, clima, água, enfim, condições

climáticas favoráveis, a base da agricultura deixa de existir e ao mesmo tempo em que produzem, eles também consomem parte de sua produção.

O Pronaf busca construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, através do incremento e da diversificação da capacidade produtiva, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social, fortalecendo a visão da responsabilidade socioambiental como o investimento necessário para o futuro, ética e respeito ao meio ambiente. Procedimentos demonstram o crescimento social e político do país, relacionados com o desenvolvimento sustentável e das condições da agricultura familiar.

Nessa perspectiva são consideradas tanto as práticas voltadas para os lucros dos agricultores, bem como as vantagens que trazem para os consumidores, como a agricultura orgânica de alta qualidade, a viabilização de oportunidades produtivas e o investimento local dos recursos próprios, quando realizado de forma organizada, mostra-se então, fonte de muitos benefícios aos pequenos produtores, fortalecendo-os diante da forte concorrência do mercado atual. Na atual conjuntura, em que a discussão no mundo se dá acerca da necessidade de empreender a preservação ambiental para garantir a existência do planeta e conseqüentemente das futuras gerações; de adotar medidas que minimizem o aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas; da importância da produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos que, se utilizados, contribuem para o caos na saúde pública, a agricultura familiar prova ser a alternativa que deve receber investimentos e ser fortalecida para que esses objetivos sejam atingidos.

A agricultura familiar é alicerçada em princípios que estabelecem uma relação harmoniosa do homem com o meio ambiente, para que ele possa retirar o sustento da terra sem que para isso, tenha que acabar com os recursos naturais. A sustentabilidade que essa forma de produzir promove é o que irá garantir a continuidade das próximas gerações. Incentivar e fortalecer a agricultura familiar é o que trará o desenvolvimento construído na base da responsabilidade social, ambiental e econômica.

A produção agrícola sustentável terá chance de reduzir a contaminação ou as desigualdades na zona rural e obter alimento suficiente e saudável, só com a adoção de tecnologias ambientalmente corretas no campo teremos chance de conter desmatamentos e obter água boa ou energias renováveis para consumir nas cidades, entre muitas outras coisas.

A produção agrícola da pequena propriedade rural (agricultura familiar), tem elevado de maneira positiva, a forma de distribuição de alimentos e também o nível de empregabilidade, gerando níveis de renda maiores e provocando a inserção do pequeno produtor no mercado nacional, além de ser ambientalmente mais correta do que outras formas de produção e mais justa socialmente, o que determina um processo de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e sustentável.

Durante as pesquisas em sites, foi possível perceber que poucos estudos sobre sustentabilidade buscam avaliar um programa de desenvolvimento específico, resultados previstos para o fortalecimento da agricultura familiar visam em melhorar o segmento agrário suprimindo necessidades percebidas pela sociedade. Ideias de amadurecimento são capazes de melhorar o desenvolvimento sustentável a partir do investimento creditício como o fator determinante para economia socioambiental, produzindo alimentos suficientes para o sustento da humanidade e geração de emprego e renda.

6 REFERÊNCIAS

AVILA, J.A.B. **Un marco institucional para la gestion del medio ambiente y para la sostenibilidad agricola.** IN: RECA, L.G. e ECHEVERRÍA, R.G. (ORG) Agricultura, medio ambiente y pobreza rural en América Latina. Washington, D.C.: BID, 1998.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Investimento. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>. Acesso em 30. Maio.2016.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica.** Rev. Bras de Agroecologia, vol. 01, nº 01, nov. 2006.

COLTRO, A. **O comportamento do consumidor consciente como fonte de estímulos de mercado as ações institucionais sócio-ambientais.** Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/alexcoltro_editorado.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2016.

FOGAÇA, J. R. V. **Agricultura e Desenvolvimento Sustentável; Brasil Escola.** Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/quimica/agricultura-desenvolvimento-sustentavel.htm>>. Acesso em 28. Junho. 2016.

IBGE. Censo Agropecuário 2006 – **Agricultura Familiar**, primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2009.

JOHN, L. **Agricultura e Sustentabilidade.** Planeta Sustentável. Editora Abril. Publicado em 27/03/2014. Disponível em <http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/agrisustenta/2014/03/27/agricultura-e-sustentabilidade>. Acesso em 12. Maio. 2016.

LEMES, K. da C. **As políticas públicas de meio ambiente utilizadas pelos pequenos produtores rurais de Orizona (GO) quando da adesão ao PRONAF.** XI EREGEO. 2009.

LOPES, M. A. **A Agricultura e o Desafio da Sustentabilidade**, Chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. 2016. Disponível em <http://www.agrisustentavel.com/artigos/desafio.html>. Acesso em 28.Maio.2016.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica.** Brasília: MDA, 2006.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – **Cartilha do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014.** Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>. Acesso em: 12. maio. 2016.

MELLO, R. L. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**, 2007. Disponível em: <http://agro.unitau.br:8080/dspace/handle/2315/137>. Acesso em: 23. Jun. 2016.

PEREIRA, L. C. B. **Um novo Modelo:** São Paulo. Disponível em: <http://www.economiabr.net>. Acesso em Maio. 2016.

RABELO, L. S. **Indicadores de sustentabilidade**: a possibilidade do desenvolvimento sustentável. Fortaleza: Prodem, UFC, 2008.

REIS, E. **Estatística descritiva**. Lisboa: Silabo, ed. 4, 1998.

RUSCHEINSKY, A. **No conflito das interpretações**: O enredo da sustentabilidade. Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental, v. 10, 2003.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, L. **A produção orgânica é a que mais cresce**: Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 2002.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2011.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004. P.21-50.

SCHMITZ, A. P. O que a industrialização tem a dizer sobre as crises do setor agropecuário? In: Castilho M. L. e RAMOS, J. M. **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. Francisco Beltrão: Calgan, 2003, 166p.

SILVA FILHO, J. B. Eng. Agr. **Especialização em Agricultura Tropical e Analista Técnico Rural** - Banco do Brasil. Disponível em <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>. Acesso em 10.maio.2016.

OTANI, M. N. et al. **Caracterização e Estudo da Agricultura Familiar**: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, Estado de São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo: v.31, n.4, abr. 2001.

VEIGA, J. E. **Problemas da transição à agricultura sustentável**. Estudos econômicos. São Paulo: v. 24, n. especial, p. 9-29, 1994.